



ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA



EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS



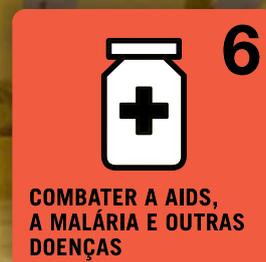
IGUALDADE ENTRE
SEXOS E VALORIZAÇÃO
DA MULHER



REDUZIR A
MORTALIDADE INFANTIL



MELHORAR A SAÚDE
DAS GESTANTES



COMBATER A AIDS,
A MALÁRIA E OUTRAS
DOENÇAS



QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE



TODO MUNDO
TRABALHANDO PELO
DESENVOLVIMENTO



DEL E EQUIDADE SOCIAL
NO CONLESTE

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

SÃO GONÇALO

ANO DE 2007

Relatório de Acompanhamento

EXPEDIENTE E CRÉDITOS

IDEALIZAÇÃO

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC e Petrobras:

Cecília Martinez Leal

Diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos ONU-HABITAT / ROLAC

Paulo Roberto Costa

Diretor de Abastecimento da Petrobras

COORDENAÇÃO GERAL E SUPERVISÃO

Escritório Regional para América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-HABITAT/ROLAC

Erik Vittrup Christensen, Oscar

Fernando Marmolejo Roldan, Fernanda Porto Aranha, Rayne Michelli Ferretti e Daniele Kowalski.

FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

Petrobras, por meio do Centro de Informações do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Abdo Gavinho, Paula Anastácia de Amorim Santos, Marcelo Honor dos Santos, Carlos Renato Lemos Rodrigues, Isabela Lemos da Costa e Pedro Carlos Lemos da Costa.

PESQUISA, ANÁLISES E DOCUMENTAÇÃO

Universidade Federal Fluminense

FACULDADE DE ECONOMIA

Jorge Britto, Carlos Guanziroli, Alberto Di Sabbato, Ruth Dweck, Cláudio Considera, Leonardo Mulls, Luciano Losenkan, Daniel Ribeiro de Oliveira, Gustavo Abrahão Flores, Felipe Pinheiro, Patrícia Antunes Ferreira

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Jorge Nassim Vieira Najjar, Sueli Camargo Ferreira, Crisostómo Lima do Nascimento, Alexandre Mendes Najjar, Gelcinete Lopes da Silva, Matheus Ribeiro Motta de Almeida, Valéria da Silva Coelho

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Batista de Abreu Junior, Luiz Edmundo de Castro, Dante Gastaldoni, Wilson Soares de Magalhães, Denis Augusto Bueno de Camargo, Emily Luizetto de Carvalho, Erika Dallier, Heverton Souza Lima, Leonardo Nascimento, Luiz Guilherme Dias Fernandes, Maria Luiza de Castro Muniz

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Guilherme Borges Fernandez, Raúl Sánchez Vicens, Reiner Olíbano Rosas, Eduardo Manoel Rosa Bulhões, Felipe Mendes Cronenberg, Thais Baptista da Rocha, Natalie Chagas Slovinski, Felipe Pires do Rio Mazur, Thais Dornellas

INSTITUTO DE SAÚDE DA COMUNIDADE

Edna Massae Yokoo, Hélia Kawa, Luciana Tricai Cavallini, Ana Paula Costa Resendes, Andreia Sobral de Almeida

NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS HABITACIONAIS E URBANOS

Regina Bienenstein, Fernanda Sánchez, Cássio de Almeida Freitas, Daniela Vieira do Amaral Correia, Eptácio Pandia Dias Reis, Carolina da Costa Leal, Daiane Santos Silva Viana, Luiz Eduardo Souza de Lima, Núbia Vitória Marquez Maruad Fe da Cruz

GERÊNCIA FINANCEIRA

Fundação Euclides da Cunha (FEC)

PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social – IACS/UFF, Laboratório de Livre Criação
Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento

REVISÃO

Fernanda Porto Aranha

IMPRESSÃO

Gráfica Minister

AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo Projeto gostariam de agradecer às seguintes instituições pela colaboração gentil na elaboração deste boletim: IBGE; Fundação CIDE; DATASUS; IPEA; INEP; UNISYS/DATAMEC; AMPLA; Águas de Niterói; CEDAE; AMAE; SAAE - CA.

Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição nesse projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Prof. Roberto de Souza Salles; à diretora do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC), Dra. Cecília Martínez Leal; a Francesca Piló (ONU-HABITAT); ao diretor executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE), Dr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; a Abdo Gavinho (Petrobras); a Ivan Dantas Mesquita Martins (Engenharia IIEABAST/IEPQF - Petrobras); ao Dr. Ricardo Friede (UNISYS/DATAMEC), ao Prof. César Von Dollinger, Fundação Euclides da Cunha (FEC), às equipes das prefeituras e à população dos municípios do CONLESTE (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Guapimirim, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).

PREFÁCIO

O COMPERJ E O CONLESTE – DESAFIOS PARA A REGIÃO

A iniciativa da Petrobras de realizar investimentos da ordem de US\$ 8,4 bilhões na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), no município de Itaboraí, trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, urbanística, habitacional, ambiental, de mobilidade urbana, ordenamento territorial, educação, saúde e segurança urbana em toda a região.

Neste contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - CONLESTE - surge como o instrumento de parcerias e de alianças intermunicipais, para propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, a fim de potencializar os aspectos positivos do COMPERJ e minimizar seus aspectos negativos. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável dos onze municípios que o conformam.

Na região do CONLESTE, os impactos positivos do COMPERJ podem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), desde que sejam implementadas políticas públicas a partir de uma agenda integrada que norteie ações nos níveis local e regional.

A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras se destaca como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio - estabelecidos por países-membros das Nações Unidas - orientem sua po-



lítica de responsabilidade social empresarial. Seguindo esses princípios, a Petrobras cria o Centro de Informações do COMPERJ como modelo inovador na gestão inclusiva do conhecimento. Este centro será responsável pela produção e disseminação de informações e de dados nas áreas ambiental, habitacional, social, educacional, econômica e de saúde, fornecendo insumos para a formulação de políticas públicas na região.

O PROJETO DE OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO COMPERJ SOBRE OS ODMs NA REGIÃO

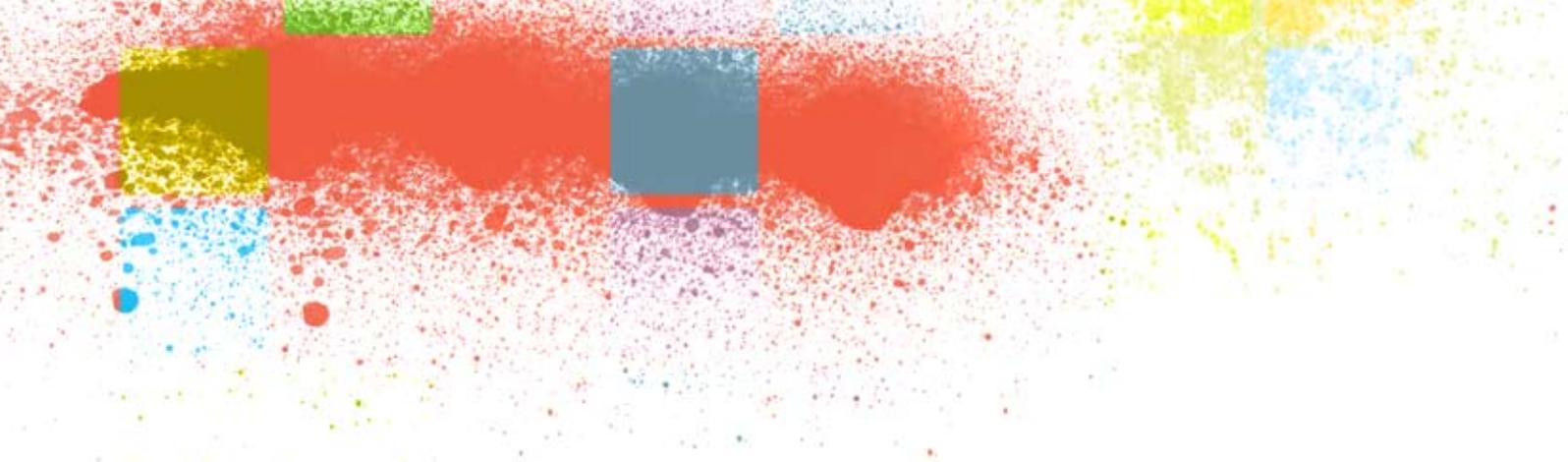
Em consonância com o Pacto Global, a Petrobras implementa um projeto pioneiro: o monitoramento dos impactos de sua atividade industrial sobre os ODMs na região do CONLESTE. Este projeto é realizado em parceria entre o Centro de Informações do COMPERJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), tendo como objetivo a constituição de um banco de dados georeferenciado com informações socioeconômicas e ambientais sobre a região, assim como o desenvolvimento de competências locais e regionais.

Por meio de relatórios semestrais, o projeto acompanha os indicadores do Milênio, observando a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

O fortalecimento das competências locais está sendo realizado por meio de

cursos de capacitação em geoprocessamento para os gestores dos onze municípios. Além disso, será implementado na região o Prêmio de Boas Práticas de Desenvolvimento Sustentável, que pretende identificar, promover e divulgar os projetos de maior relevância para a melhoria das condições de vida da população desses municípios.

Espera-se que este boletim, que mapeia os indicadores do Milênio no ano de 2007, sirva de referência aos governos e instituições do CONLESTE para a elaboração de políticas públicas socioeconômicas e ambientais, capazes de inserir a região em um processo de desenvolvimento sustentável acompanhado da redistribuição de renda e da erradicação da pobreza.



NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento
LABORATÓRIO DE LIVRE CRIAÇÃO
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
ODM 1 ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	07
ODM 2 UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....	09
ODM 3 PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES.....	12
ODM 7 GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	14
ODM 9 ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE.....	18

INTRODUÇÃO

Este boletim apresenta o panorama do município de São Gonçalo no ano de 2007, representando a primeira medição dos indicadores do Milênio a partir da linha base (2000 – 2006), refletindo os impactos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio observados no primeiro ano após o anúncio oficial da implantação do empreendimento COMPERJ na região.

Durante os meses de novembro de 2007 a março de 2008, foi realizado um processo participativo de adaptação dos Objetivos, dos Indicadores e das Metas do Milênio para a região do CONLESTE, que culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 metas e 58 indicadores. Neste processo, foi acordado que o Objetivo 8, relacionado a: “estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento” não se aplica ao escopo do projeto. Um objetivo adicional, o ODM 9, foi elaborado e enunciado como se segue: “acelerar o processo de desenvolvimento local com redução de desigualdades na região do CONLESTE”.

O sistema composto por 58 indicadores¹, validados entre a equipe de UN-HABITAT e as seguintes equipes da UFF - Faculdade de Educação, Instituto de Saúde da Comunidade, Instituto de Geociências, Faculdade de Economia, Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) - com a participação de gestores locais do CONLESTE, foi organizado a partir dos seguintes critérios:

- Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;
- Seleção de indicadores diretamente relacionados à meta (sensíveis às mudanças requeridas pela meta);

- Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica, preferencialmente anuais e com série histórica disponível a partir de 1990;
- Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

A equipe do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF) documentou por meio de fotografias e vídeos o processo das 65 reuniões de trabalho, nas quais participaram os poderes públicos dos onze municípios que conformam o consórcio, as instituições que elaboram e sistematizam dados e informações (IBGE, CIDE, DATASUS, INEP, UNYSIS-DATAMEC, IPEA, entre outras), as Comissões Municipais de Emprego e Renda, algumas Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), os pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e os especialistas do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos UN-HABITAT.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do CONLESTE, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.

1 Nesse boletim, os indicadores referentes aos Objetivos do Milênio, ODM4 (Reduzir a mortalidade na infância), ODM5 (Melhorar a saúde materna) e ODM6 (Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças), bem como os indicadores de mortalidade no ODM9, não são apresentados por município. Os dados relativos a esses ODMs encontram-se no Boletim Regional 2007.



1

ACABAR COM A FOME
E A MISÉRIA

ODM 1

ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Meta 1A Reduzir a um quarto entre 2000 e 2012 a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza

ODM1 | Erradicar a extrema pobreza e a fome

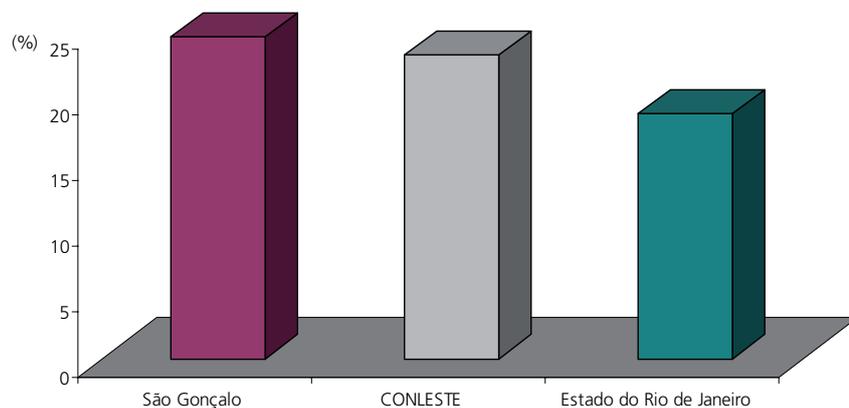
Os impactos do COMPERJ e o acompanhamento da evolução do número de famílias que pertencem às faixas de renda mais baixas nos municípios do CONLESTE permitirão estabelecer indicadores de redução da pobreza e de desigualdade de rendimentos. Para calcular a renda da população e, conseqüentemente, estimar a pobreza, utilizou-se a variável renda do Censo Demográfico IBGE do ano 2000. Para o ano de 2007, foi feita uma extrapolação com base na variação do PIB de cada um dos 11 municípios.

Para análise das condições de pobreza foi utilizado o critério definido pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), que estabelece para o Estado do Rio de Janeiro os seguintes valores para definir a linha da pobreza: R\$117,34 para a região metropolitana, R\$99,56 para a região urbana e R\$89,61 para região não-urbana (valores em reais do ano 2000).

O município de São Gonçalo apresentava, em 2007, uma porcentagem maior de pobres (24,6%) em relação ao conjunto do CONLESTE (23,2%) e ao observado para o Estado do Rio de Janeiro (18,8%). Dentre os municípios do CONLESTE, São Gonçalo ocupava a sexta melhor posição em termos dos níveis de pobreza, ficando atrás de Casimiro de Abreu, Niterói, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Maricá.

Distribuição da população abaixo da linha da pobreza



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) e da PNAD (IBGE)

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA
DE QUALIDADE PARA
TODOS**

ODM 2

UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

META 3A Garantir que, até 2012, as crianças de todos os municípios do CONLESTE, independentemente de cor/raça, concluam o Ensino Fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 7 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 7 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Fundamental

META 3B Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de masculinidade nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de masculinidade dos concluintes do Ensino Médio

META 3C Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas por grupos de idade nos cursos de educação técnica profissional em nível médio, segundo o sexo
- Taxa de distorção idade / conclusão dos alunos dos cursos de educação técnica profissional em nível médio
- Taxa de permanência dos alunos do Centro de Integração do COMPERJ por curso, município e nível de escolaridade

O acesso ao ensino fundamental na região do CONLESTE é hoje praticamente universalizado. Contudo, a retenção e a evasão escolar têm inviabilizado que muitos percorram o fluxo escolar de maneira adequada. Assim, os indicadores referentes à defasagem² em termos de idade e sexo para diferentes etapas do ensino refletem os principais problemas existentes na escola. A fim de garantir a meta de universalização do ensino fundamental e ampliação do

ensino médio, é necessário implementar políticas efetivas tanto de acesso quanto de permanência na escola nestas duas etapas do ensino.

Com relação à taxa de masculinidade, observa-se que o acesso de homens e mulheres ao ensino fundamental não apresenta discrepâncias, embora esta mesma taxa mostre grande distorção entre os sexos quanto à conclusão deste nível de ensino. Para dar conta das metas deste ODM, serão necessárias

políticas específicas para a manutenção dos alunos do sexo masculino no interior da escola. Da mesma forma que o observado no ensino fundamental, a região precisará de grande esforço para melhorar o fluxo educacional no ensino médio, buscando equacionar o problema das reprovações, primeira causa de retenção.

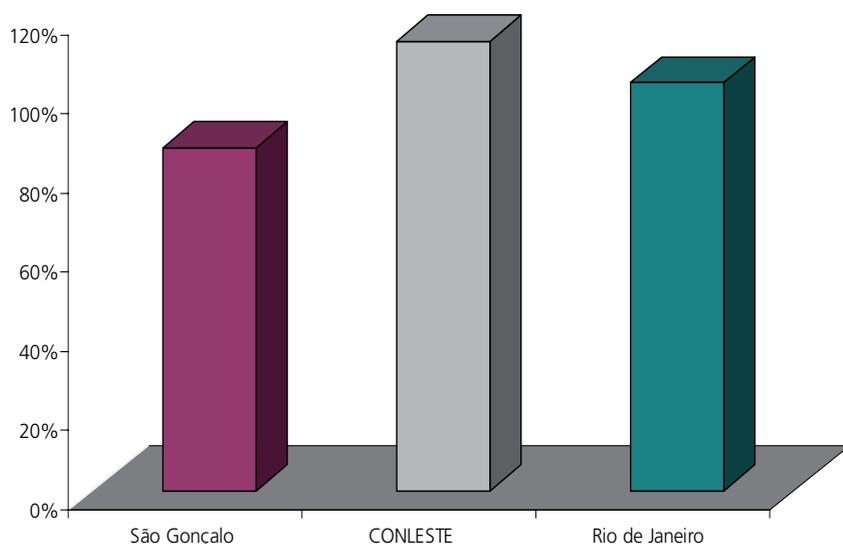
Há de se atentar que o potencial aumento da demanda ocasionado pela implantação do COMPERJ pode, se não for desde já equacionado pelo Poder Público, trazer sérias consequências para as redes de ensino médio, pela carência de professores e prédios escolares.

Os indicadores "a" e "b" referentes à educação técnica-profissional ainda estão sendo trabalhados e recebendo outro tratamento, em função da inexistência de um banco de dados oficial sobre tais questões. Quanto ao indicador "c", referente aos cursos de capacitação do Centro de Integração do COMPERJ, este começa a ser monitorado a partir do primeiro semestre de 2008, e, portanto, ainda não faz parte desta análise.

Quanto à matrícula bruta de 7 a 14 anos de idade, nesse indicador o percentual de 100% é apontado como ideal. Assim, o município de São Gonçalo apresenta uma taxa abaixo desse ideal, inclusive também inferior à do CONLESTE e do Estado. Na análise do Relatório 2007, verifica-se que os percentuais são inferiores a 100% em quase todas as séries do ensino fundamental, com exceção da 5ª e 6ª séries, que estão próximas à taxa ideal. Esses dados sinalizam a existência de evasão escolar, uma vez que apresenta um número menor de alunos matriculados em relação ao número de crianças do município em idade correspondente a cada série. Em relação ao ano de 2006 (90,09%), a taxa de 2007 é ligeiramente inferior.

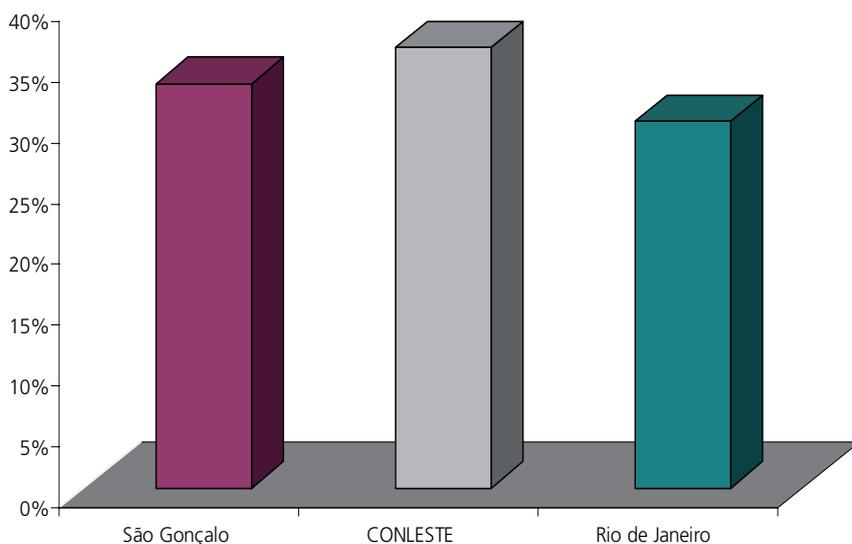
No que se refere à distorção idade/série no ensino fundamental, o percentual ideal dessa taxa deve se aproximar de zero, indicando menor retenção dos alunos ao longo do processo de escola-

Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 7 a 14 anos de idade



Fonte: INEP

Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental



Fonte: INEP

² Esta defasagem de idade e de sexo é medida em termos das chamadas taxas de distorção. A distorção idade/série refere-se à diferença entre a idade real dos alunos matriculados em determinada série escolar e aquela esperada para tal ano baseado no fluxo escolar normal (sem repetência). Com relação ao sexo dos alunos, chama-se taxa de masculinidade a diferença entre alunos e alunas matriculados ou concluintes dividida pelo número de alunos do sexo masculino.

ridade e revelando a existência de um número pequeno de alunos com idades inadequadas às séries cursadas. O município de São Gonçalo apresenta uma taxa muito elevada, revelando retenção em todas as séries (ver Relatório 2007), principalmente nas quatro séries finais, destacando a 7ª série (42,75%) e a 8ª série (40,38%), comprometendo ainda mais a conclusão desse nível de ensino na idade adequada. Esses índices revelam a retenção que se dá ao longo do processo de escolaridade, fruto das reprovações. Assim, é preciso a tomada de medidas que enfrentem os problemas referentes ao fluxo escolar. Em compa-

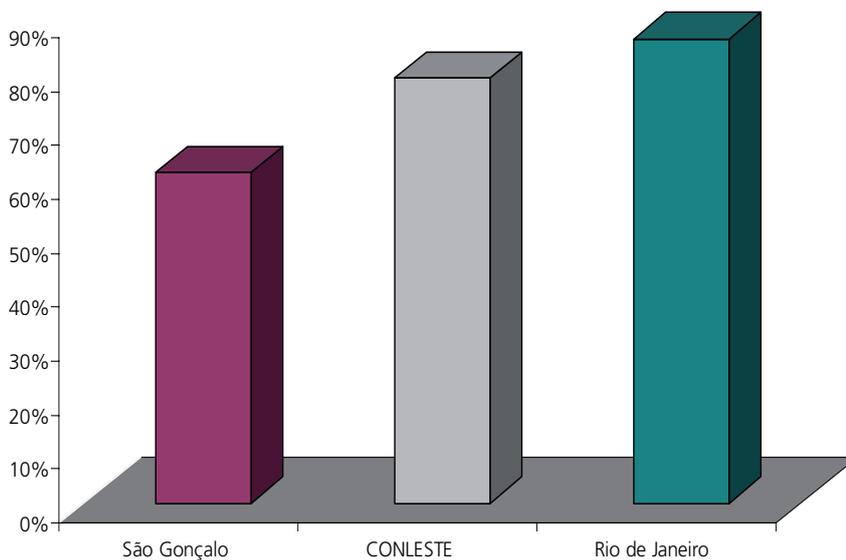
ração com as taxas do CONLESTE e do Estado, esse município apresenta taxa praticamente semelhante. Com relação ao ano de 2006 (34,86%) houve um ligeiro decréscimo, porém sem consequências para o ensino desse município.

A taxa de matrícula bruta de 15 a 17 anos de idade representa a relação entre os alunos matriculados nas três séries do ensino médio e a população municipal de quinze a dezessete anos de idade. A taxa de 100%, considerada como ideal, indica que os alunos matriculados estão nas séries adequadas às suas idades. O município de São Gonçalo apresenta uma taxa muito in-

ferior à ideal, o que releva a existência de evasão escolar nesse nível de ensino. Preocupa, ainda mais, o progressivo decréscimo dessa taxa ao longo desse nível de ensino: 1ª série (72,88%), 2ª série (59,88%) e 3ª série (51,92%) (ver Relatório 2007), revelando a evasão existente. Em comparação com as taxas do CONLESTE e do Estado, o município apresenta uma taxa significativamente inferior. Com relação ao ano de 2006 (61,63%), não houve praticamente alteração.

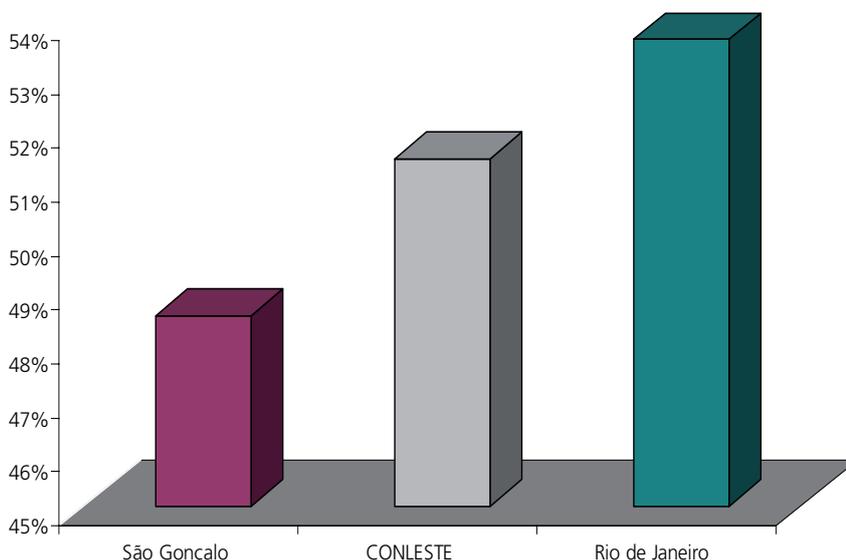
A taxa de distorção idade/série no ensino médio se aproxima de zero quanto menor for a retenção dos alunos ao longo do ensino médio. O município de São Gonçalo apresenta uma taxa de distorção idade/série elevada, porém ligeiramente menor que a do CONLESTE e a do Estado. Ao analisar o Relatório 2007, verifica-se que há retenção em todas as séries, com destaque para a 1ª série (50,54%). É preciso implementar políticas de correção do fluxo escolar para garantir o acesso e a permanência no ensino médio. Em relação ao ano de 2006 (53,77%) houve um pequeno decréscimo.

Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade



Fonte: INEP

Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio



Fonte: INEP



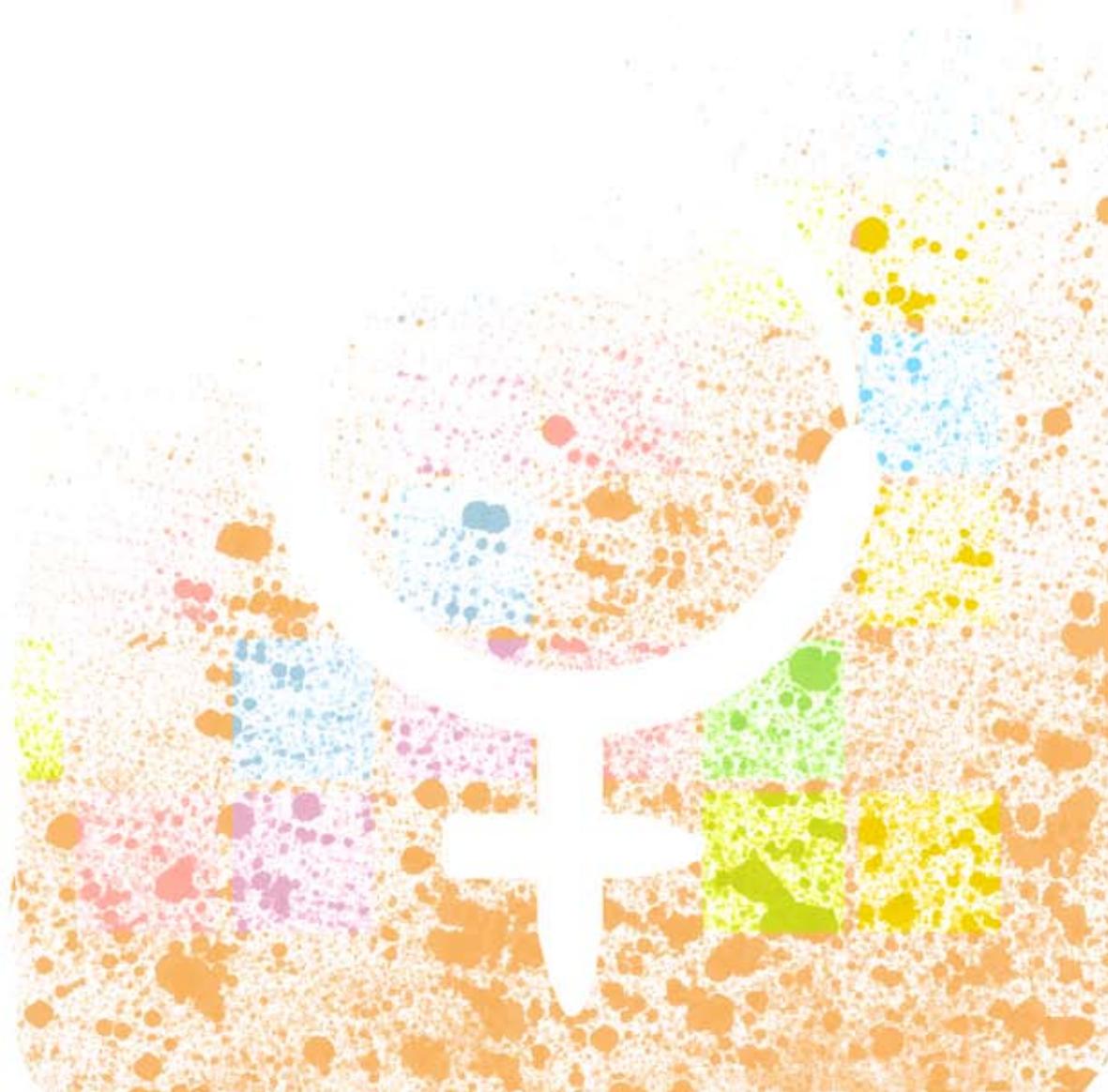
ODM 3

PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Meta 4B Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados nos municípios do CONLESTE
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade



Este ODM trata da igualdade entre os sexos que, apesar de assegurada na constituição brasileira, ainda não é uma realidade na prática, considerando-se as grandes disparidades existentes em diversas áreas da sociedade.

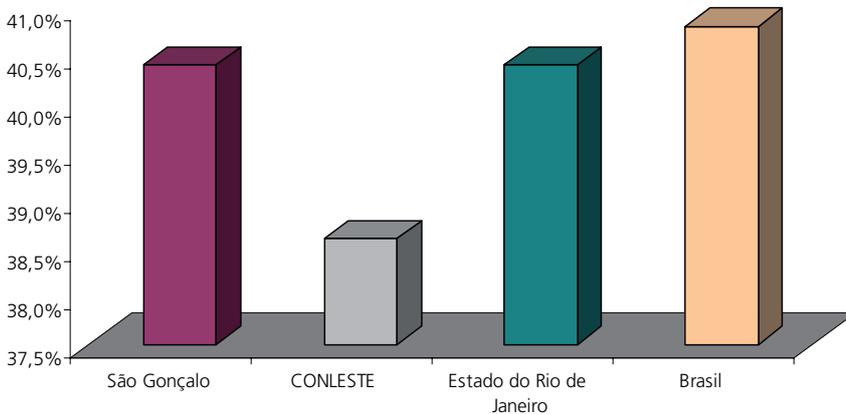
No escopo deste Objetivo, os indicadores propostos visam acompanhar a participação feminina no mercado de trabalho da região, bem como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, no contexto de monitorar a evolução da meta de igualdade entre os gêneros.

Em 2007, o percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de São Gonçalo (40,4%) era superior ao observado para o CONLESTE (38,6%), semelhante ao observado no Estado do Rio de Janeiro (40,4%) e inferior ao registrado para o Brasil (40,8%). Dentre os municípios do CONLESTE, São Gonçalo ocupava a sexta posição

em termos da participação feminina, ficando atrás de Magé (município que apresentou a maior taxa de participação feminina no mercado formal de trabalho da região), Casimiro de Abreu, Guapimirim, Maricá e Rio Bonito.

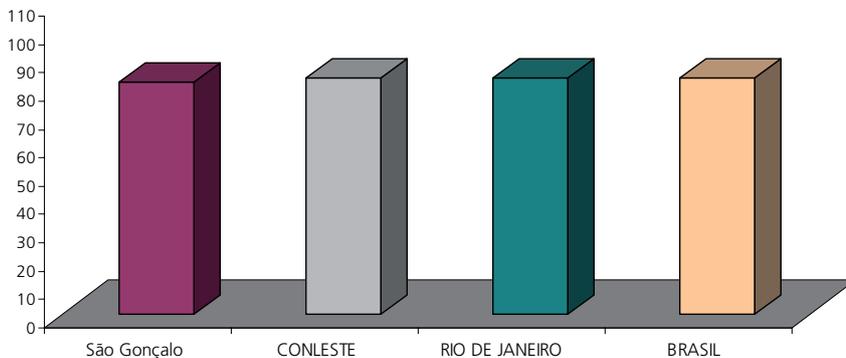
Quanto ao diferencial de remuneração feminina no município de São Gonçalo, observa-se que, em 2007, o valor do mesmo (81,6%), era inferior ao observado para o CONLESTE (83,2%), para o Estado do Rio de Janeiro (83,2%) e para o Brasil (82,9%). No conjunto do CONLESTE, São Gonçalo ocupava a nona posição em termos do diferencial de remuneração feminina. Ou seja, ficava atrás dos municípios de Maricá, Casimiro de Abreu, Silva Jardim, Itaboraí, Rio Bonito, Magé, Niterói e Tanguá, apresentando uma defasagem salarial de 18,4% na remuneração média feminina em relação à masculina para o mesmo posto de trabalho.

Participação feminina no mercado de trabalho formal (percentual)



Fonte: RAIS/MTE

Diferencial de remuneração feminina



Fonte: RAIS/MTE



QUALIDADE DE VIDA
E RESPEITO AO MEIO
AMBIENTE

ODM 7

GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

META 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas por município do CONLESTE
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

META 10A Reduzir em 20% até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede geral de esgoto nos municípios do CONLESTE.
- Percentual da área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos municípios do CONLESTE

META 11A Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram nos municípios do CONLESTE.

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana por município do CONLESTE
- Percentual de domicílios em assentamentos precários, em relação ao total de domicílios urbanos, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários regularizados, em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas), em relação ao total de assentamentos precários, por município do CONLESTE
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município do CONLESTE

A maior parte do CONLESTE encontra-se localizada dentro da Região Ecológica da Floresta Ombrófila Densa (Floresta Tropical Pluvial), parte do domínio do Bioma Mata Atlântica, que ainda se desdobra em ambientes de manguezais e restingas.

Com base em dados do ano 2000, as áreas urbanas ocupam um percentual representativo da área total do CONLESTE (5,39%), concentrando-se em núcleos que acompanham quase

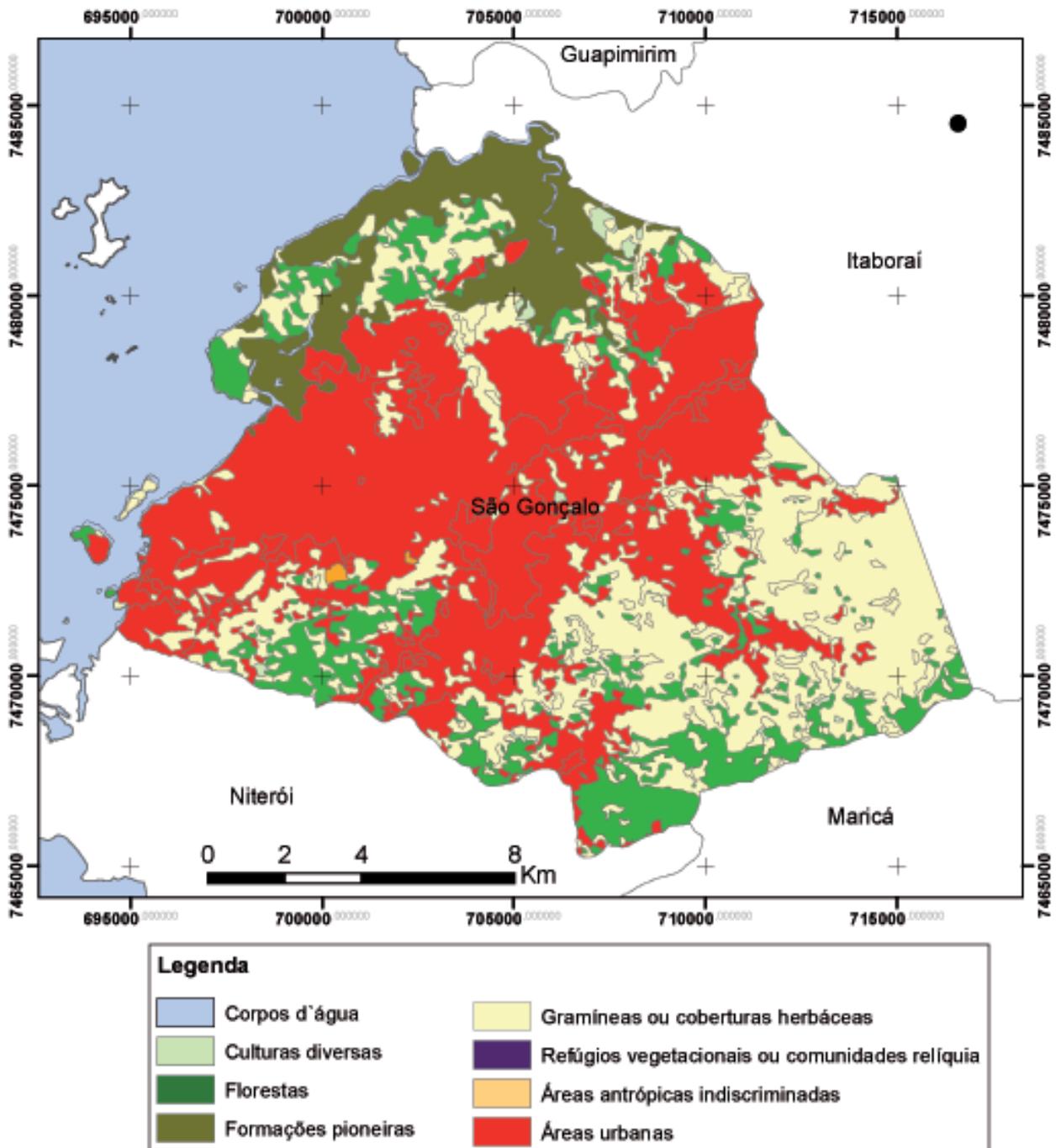
de forma contínua os eixos rodoviários, com destaque para o aglomerado São Gonçalo – Itaboraí. Mesmo com alterações associadas às atividades urbana e agrícola, as fisionomias ainda apresentam uma área remanescente representativa, ocupando 39,3% do CONLESTE.

Com relação à meta que trata do acesso às redes de água e esgoto, será central o conceito de saneamento ambiental, entendido aqui como o acompanhamento das áreas ambientais e

também do conjunto das ações que envolvem abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de resíduos sólidos. O saneamento ambiental emerge como um dos pontos mais vulneráveis da chamada crise urbana. Neste sentido, trata-se de um tema que demanda a urgente correção dos rumos adotados até o momento em parte significativa dos municípios brasileiros.

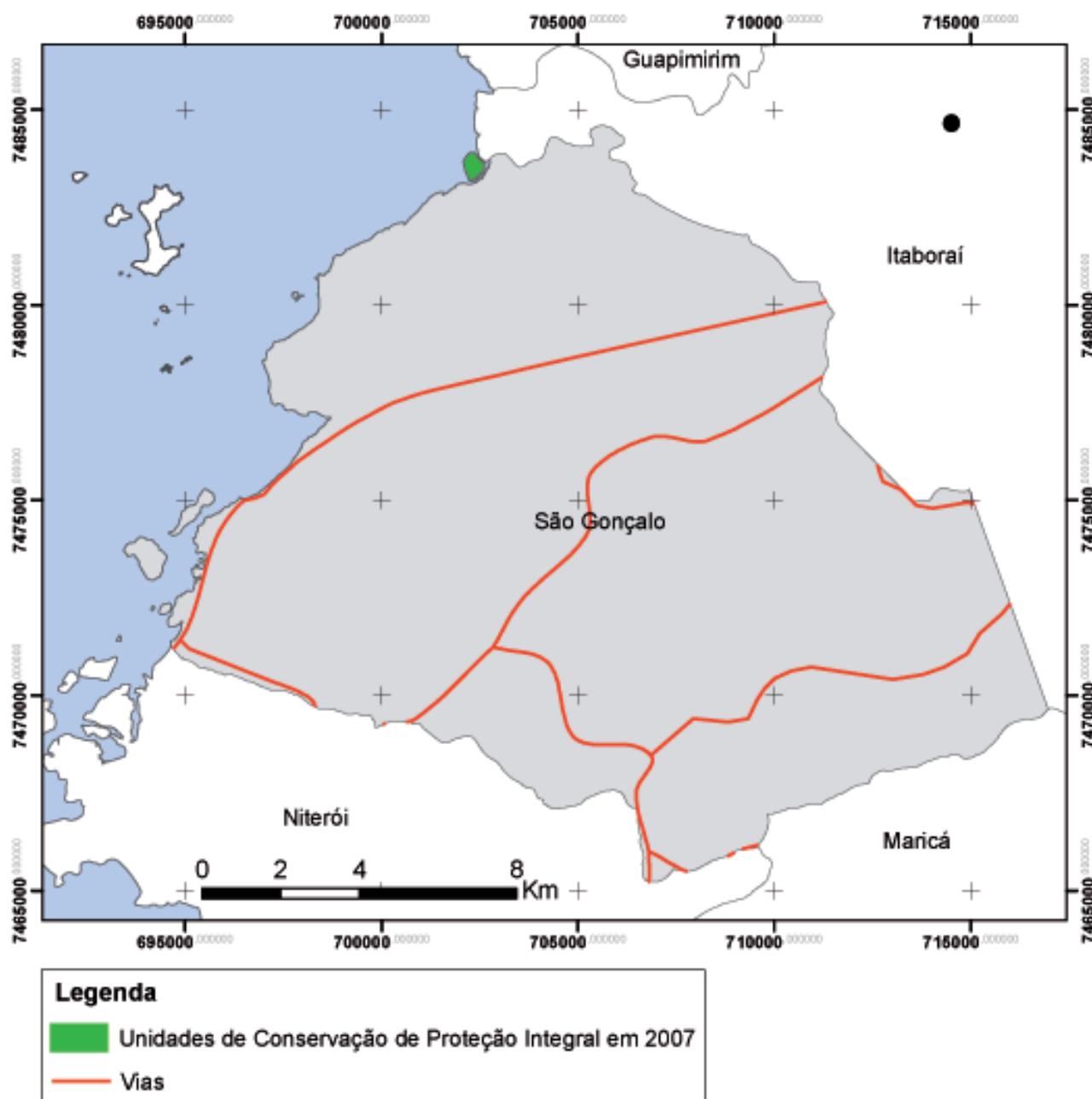
O município de São Gonçalo apresentava 22% de sua área coberta por

Proporção de áreas cobertas por florestas



Fonte: Elaborado pela Equipe do Instituto de Geociências com base em Imagens do Satélite SPOT de 2005

Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação



Fonte: IBAMA e IEF-RJ

remanescentes florestais, encontrados em topos de maciços costeiros na divisa com Niterói e em pequenas áreas na porção norte do município.

Em 2007, o município de São Gonçalo possuía 0,2% de seu território protegido por unidades de conservação de proteção integral, correspondendo a uma pe-

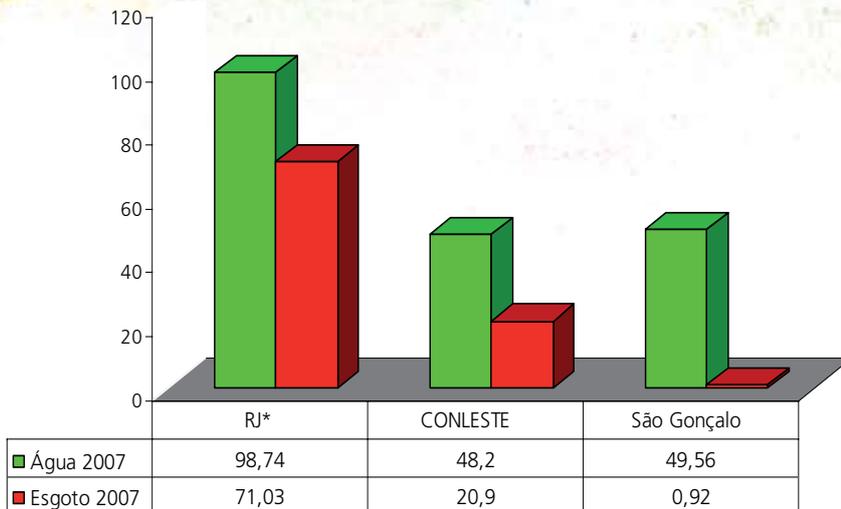
quena porção da Estação Ecológica da Guanabara. Especificamente, no ano de 2007, não houve a criação de nenhuma nova unidade de conservação de proteção integral.

Com relação ao percentual de domicílios particulares urbanos com acesso às redes gerais de água e esgoto no

município de São Gonçalo, no ano de 2007³, o município apresentava 49,56% dos seus domicílios permanentes urbanos com acesso ao serviço de abastecimento de água, enquanto a média do Estado era de 98,74%, percentuais um pouco mais baixos do que os encontrados em 2006, quando o seu índice

³ Para construção do perfil relativo ao ano 2007 não existem dados do IBGE para os municípios, portanto, as concessionárias responsáveis pelas redes de abastecimento de água e de coleta de esgoto constituíram-se nas principais fontes de dados. Diferente do Censo Demográfico que não distingue os meios formais e informais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, as concessionárias contabilizam apenas as ligações formais. Para a obtenção do número de domicílios permanentes urbanos, a concessionária AMPLA, responsável pelo abastecimento de energia elétrica de todos os municípios incluídos no CONLESTE, foi a principal fornecedora de dados, reconhecida pela abrangência de seu serviço e por possuir um banco de dados atualizado semestralmente.

Percentual de domicílios urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto



Dados PNAD – 2007. Elaboração: Equipe de Urbanismo / UFF, 2008.

era de 48,74% e a média do Estado era 98,80%. Quanto ao serviço de esgotamento sanitário, os dados fornecidos pela CEDAE apontam que somente 3.207 dos 350.106 domicílios particulares permanentes urbanos possuíam acesso ao serviço, em 2007, ou seja, 0,92% dos domicílios. Esta cobertura era proporcionalmente ainda menor do que a encontrada em 2006, quando este índice atingia 1,34%, enquanto a média do Estado era de 63,31%, demonstrando continuidade do estado de precariedade.

A comparação desta situação com a encontrada em 2000 aponta, para o caso do abastecimento de água, um decréscimo no percentual de domicílios atendidos (de 80,38% a 49,56%) e para o esgotamento sanitário um de-

crécimo ainda mais forte (de 40,29% a 0,92%). Avaliando o período entre os anos de 2000 e 2007, constata-se que o número de domicílios permanentes urbanos cresceu 33,27%, enquanto a provisão dos serviços de saneamento ambiental ficou ainda mais defasada em relação ao crescimento urbano. Especialmente o esgotamento sanitário ficou, em 2007, inexpressivo (0,92%), contrastando com a situação dos domicílios atendidos no Estado (71,03%).

Com relação a assentamentos precários, por dificuldades técnicas relativas à obtenção de imagens satélite e coleta de dados, o presente Boletim não contém análises referentes à META 11. Tal análise se propõe a ser realizada bianualmente, sendo o próximo resultado para o ano de 2008.



ODM 9

ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DO CONLESTE

- META 12A** Viabilização de crescimento continuado da região acima do crescimento do Estado e do país.
Indicadores:
- Evolução do PIB a preços constantes
 - Valor adicionado (proxy do PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços a preços constantes
 - Participação do valor adicionado (proxy do PIB) do setor agropecuário, industrial e de serviços
 - PIB per capita a preços constantes
- META 13A** Atração de mão-de-obra qualificada para a região.
Indicador:
- Evolução do perfil de trabalhadores desligados e contratados na região em termos de setor de ocupação, grau de qualificação e faixa de remuneração
- META 14A** Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região.
Indicadores:
- Evolução da PIA, PEA e POC e de taxas de ocupação, participação e desemprego
 - Distribuição da população ocupada formal e de seu rendimento por grau de escolaridade, faixa de rendimento, tamanho de estabelecimento e setor de atividade
- META 15A** Dinamização do padrão de especialização produtiva da região.
Indicador:
- Especialização, concentração e diversificação da estrutura produtiva da região
- META 16A** Dinamização de cadeias produtivas locais
Indicador:
- Identificação da estrutura e monitoramento do emprego de 4 cadeias produtivas na região
- META 17A** Fortalecimento do empreendedorismo na região.
Indicadores:
- Número de PMEs criadas na região e empregos gerados por setor de atividade
 - Evolução do número de admitidos e desligados no setor de comércio varejista

META 18A Adequação do suprimento de energia ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicador:

- Consumo residencial per capita da energia elétrica

META 19A Adequação da malha de transportes ao crescimento da região do CONLESTE.

Indicador:

- Evolução da frota de veículos em termos absolutos e per capita

META 20A Adequação da infraestrutura de telecomunicações da região do CONLESTE.

Indicador:

- Percentual de domicílios atendidos por linha telefônica

META 21 Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de mortalidade geral e proporcional segundo causas selecionadas por sexo e faixa etária, nos municípios do CONLESTE

META 22A Controle e redução de indicadores de violência na região do CONLESTE.

Indicador:

- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte) nos municípios do CONLESTE

META 23A Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento dos municípios.

Indicadores:

- Estrutura de receitas (correntes e de capital) e despesas (custeio e capital) para municípios da região
- Dependência de transferência de recursos
- Receita e investimento per capita

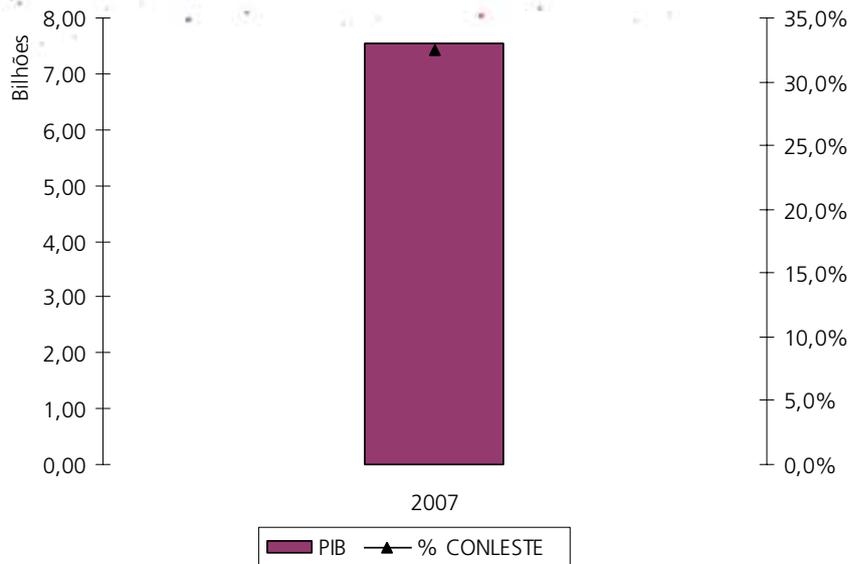
O ODM 9 – acelerar o processo de desenvolvimento local, com redução das desigualdades na região do CONLESTE – foi elaborado a partir de uma adaptação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU a esta região. Dentre as metas compreendidas neste ODM, destacam-se para análise neste boletim as seguintes áreas: crescimento econômico na região (PIB), mercado de trabalho e mão-de-obra, especialização produtiva, evolução de cadeias produtivas, empreendedorismo, fornecimento de energia e, por fim, um panorama das condições fiscais dos municípios.

O PIB registrado no município de São Gonçalo foi de R\$ 7,5 bilhões em 2007, o que equivale a uma participação de 32,5% no PIB da região do CONLESTE. Em termos comparativos, o município de São Gonçalo ocupava a segunda posição em termos de participação no PIB da região do CONLESTE, ficando atrás do município de Niterói (o maior PIB da região).

Em 2007, o PIB per capita registrado no município de São Gonçalo foi de R\$ 7.719, ficando abaixo do PIB per capita médio da região do CONLESTE (R\$ 10.266), do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 19.139) e do Brasil (R\$ 13.843). Comparativamente aos demais municípios da região do CONLESTE, São Gonçalo ocupava a quinta posição em termos de valor de PIB per capita, posicionando-se atrás de Casimiro de Abreu (o maior PIB per capita da região), Niterói, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu.

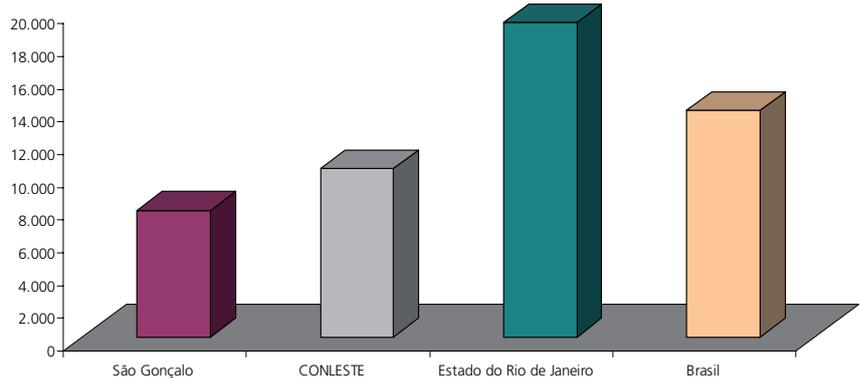
Com relação à criação de postos de trabalho, informações levantadas a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE) para o município de São Gonçalo mostraram que o número de postos de trabalho criados - saldo líquido de admissões - foi de 3.552 novas vagas, como resultado de 30.079 admissões e 26.527 desligamentos. Em relação aos demais municípios da região do CONLESTE, São Gonçalo ficou na segunda posição em termos de criação de postos de trabalho, posicionando-se atrás de Niterói (município onde foi registrado o maior número de postos de trabalho criados).

PIB a preços constantes de 2007



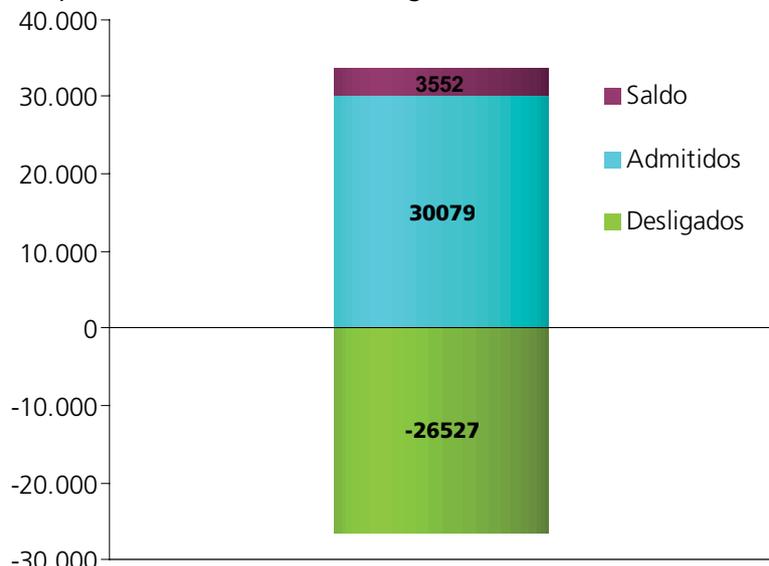
Fontes: PIB municipal IBGE; 2007 estimado mantendo proporções em relação ao RJ de 2006; o deflator de 2007 foi calculado implicitamente a partir dos valores nominais e reais do PIB trimestral do Brasil.

PIB per capita a preços constantes de 2007



Fontes: PIB municipal IBGE; 2007 estimado pela equipe de Economia com base na taxa de crescimento 2006-2008; OBS: o IBGE deverá rever todas as populações municipais em consonância com as novas projeções feitas em 2008 para Brasil e Ufs.

Saldo líquido de admissões menos desligamentos



Fonte: CAGED/MTE

O número total de empregos formais no município de São Gonçalo foi de 91.113 postos de trabalho em 2007. Com este valor, o município de São Gonçalo foi responsável por 26,77% do total de empregos formais existentes na região do CONLESTE. Em comparação com os demais municípios da região,

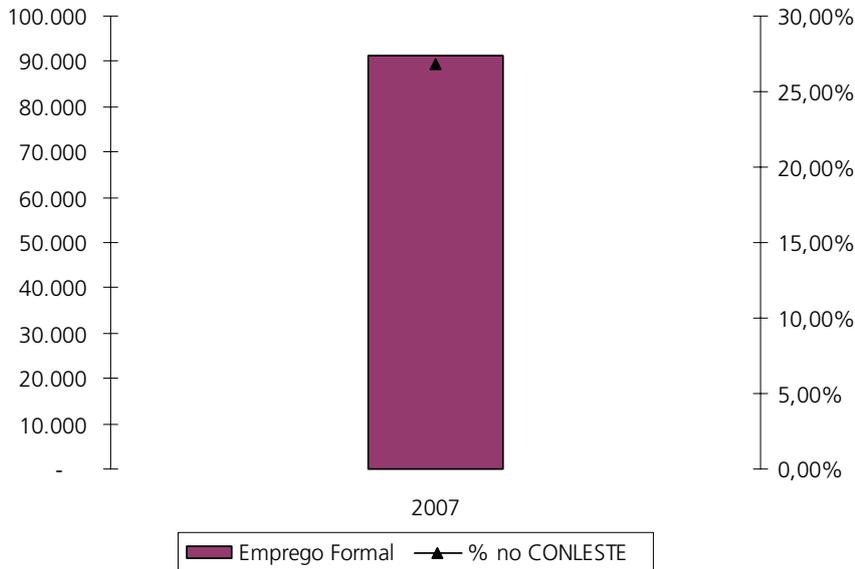
São Gonçalo ocupava a segunda posição em termos de participação no total de empregos formais, neste mesmo ano, posicionando-se atrás de Niterói (município que registrou a maior taxa de participação).

Quanto à taxa de desemprego estimada, esta atingiu no município de São

Gonçalo o patamar de 11% em 2007, ficando acima das taxas registradas na região do CONLESTE (10,4%), no Estado do Rio de Janeiro (10,2%) e no Brasil (8,2%). Com isso, o município de São Gonçalo localizava-se, em relação aos demais municípios da região, na sétima posição em termos de menor taxa de desemprego, ficando atrás de Casimiro de Abreu e Rio Bonito (municípios que igualmente apresentaram a menor taxa de desemprego da região), Cachoeiras de Macacu, Niterói, Maricá, Silva Jardim e Guapimirim.

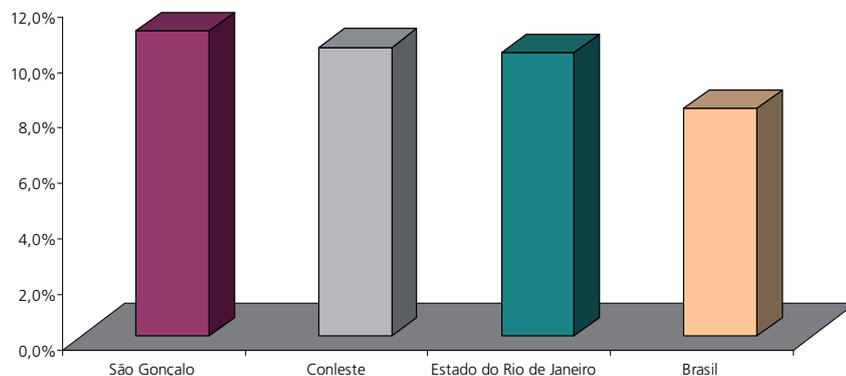
A remuneração média mensal da mão-de-obra formal empregada no município de São Gonçalo foi de R\$ 826, o que representava um valor inferior ao observado na região do CONLESTE (R\$ 1.010), no Estado do Rio de Janeiro (R\$ 1.418) e no Brasil (R\$ 1.241), em 2007. Com essa remuneração média, o município de São Gonçalo colocava-se, em relação aos demais da região, na quarta posição em termos de melhor remuneração, ficando atrás de Niterói (que registrou a melhor remuneração da região), Casimiro de Abreu e Itaboraí.

Emprego formal no município



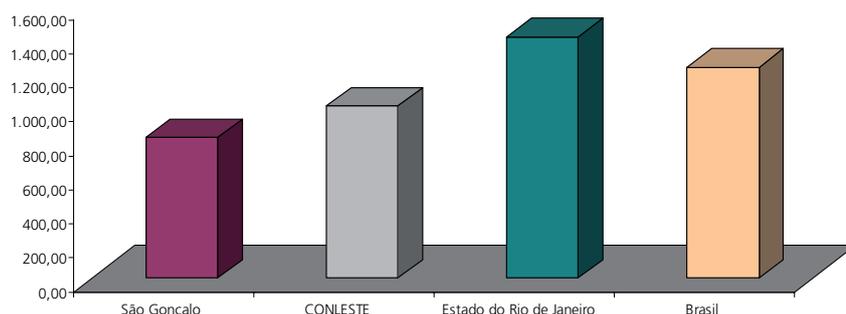
Fonte: RAIS/MT

Taxa de desemprego



Fonte: Censo, PNAD e estimativas Economia

Remuneração média mensal dos trabalhadores

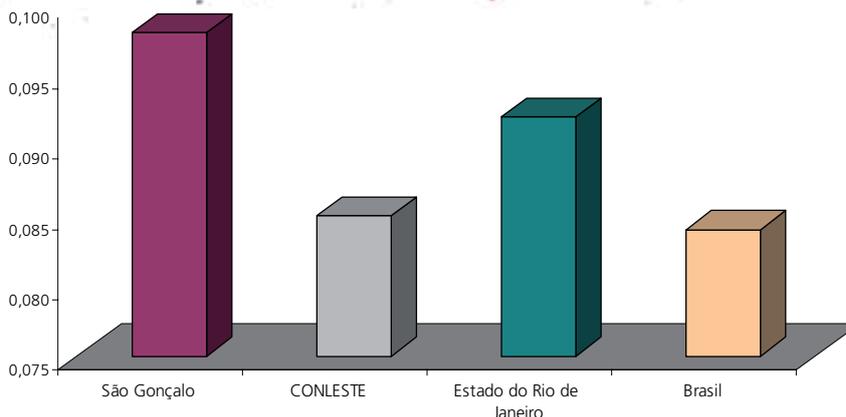


Fonte: RAIS/MTE

O indicador de dinamização do padrão de especialização produtiva⁴ trata do grau de concentração das atividades produtivas no município de São Gonçalo (0,098) que, comparativamente ao observado no conjunto da região do CONLESTE (0,085), no Estado do Rio de Janeiro (0,092) e no Brasil (0,084), indica um nível de concentração produtiva ligeiramente mais elevado neste município no ano de 2007. Em relação aos demais municípios da região do CONLESTE, São Gonçalo posiciona-se como o nono em termos de concentração produtiva, ficando atrás de Silva Jardim (município que apresenta o maior índice de concentração da região), Guapimirim, Casimiro de Abreu, Maricá, Magé, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Tanguá.

Quanto à evolução de cadeias produtivas no município, considerando as quatro cadeias produtivas selecionadas para investigação - Agroindustrial; Químico-petroquímica; Metal-mecânica; Construção - verifica-se que, em 2007,

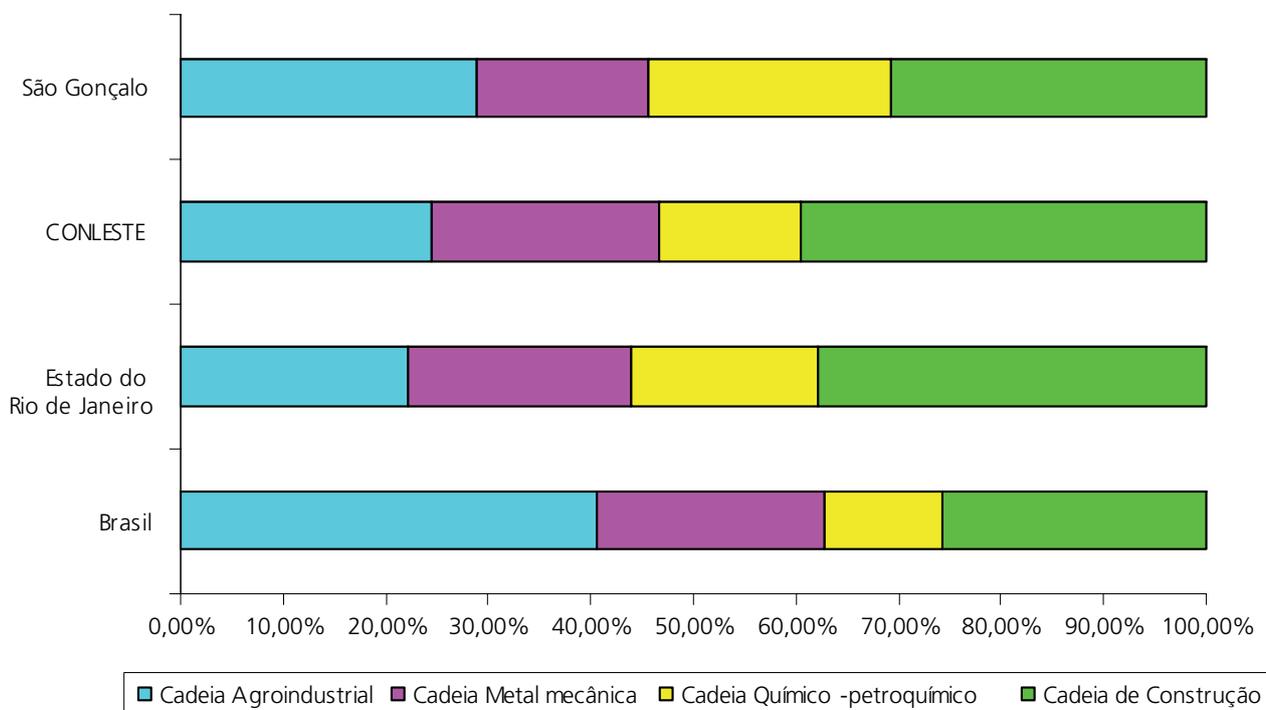
Concentração produtiva



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da RAIS/MTE

essas cadeias foram responsáveis pela geração de 11.591 empregos no município de São Gonçalo, cerca de 12,7% do total de empregos formais neste município, sendo que 28,83% concentravam-se na cadeia agroindustrial; 30,73% na cadeia da construção; 23,73% na cadeia químico-petroquímica e 16,71% na cadeia metal-mecânica.

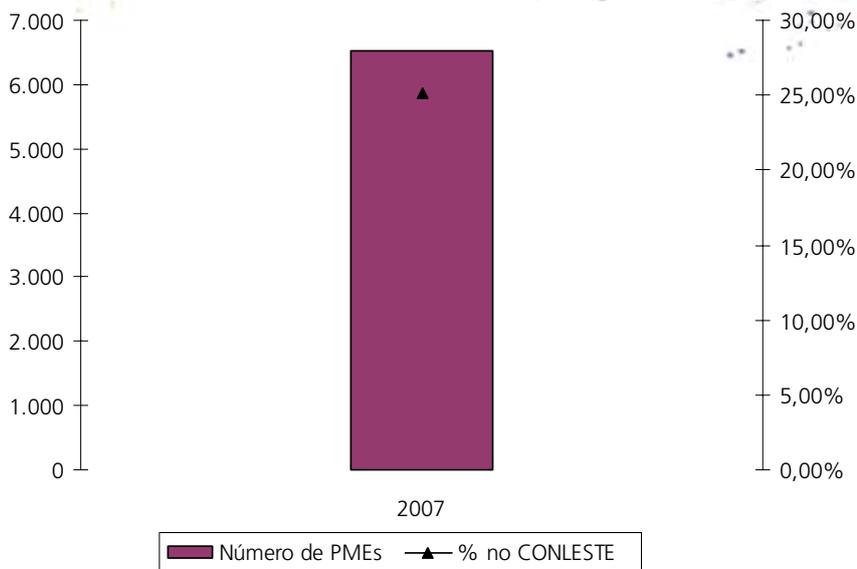
Empregos em cadeias produtivas



Fonte: RAIS/MTE

⁴ Este indicador foi avaliado por meio do índice de Herfindhal a 2 dígitos, indicando o nível de desagregação de setores econômicos utilizado. Este índice foi calculado para os diversos municípios e para o conjunto da região considerando informações relativas à distribuição do emprego por diferentes setores de atividade (nível de desagregação setorial a dois dígitos da classificação CNAE). Quanto mais próximo de 1 o índice, maior a concentração produtiva. Isto é, menor o número de empresas em determinada atividade econômica, com correspondente menor grau de concorrência nestes setores econômicos.

Total de Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

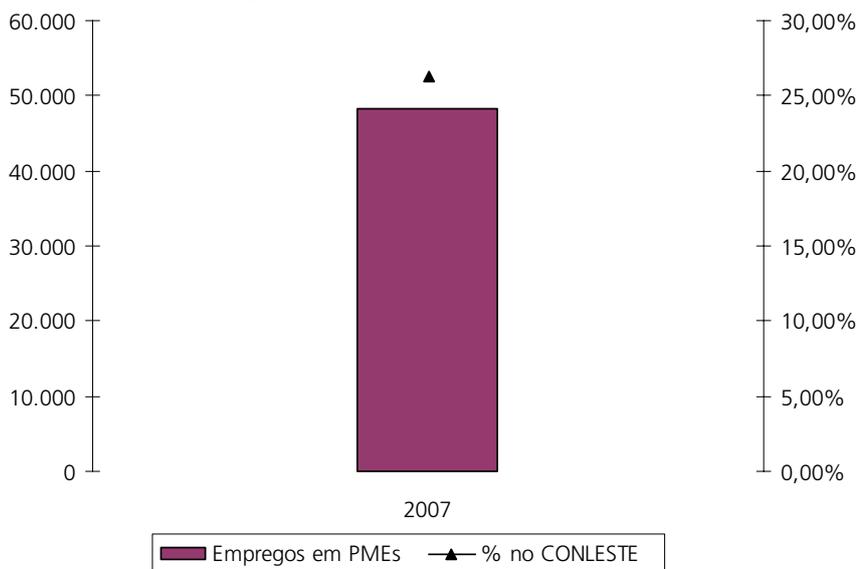


Fonte: RAIS/MTE

Com relação ao fortalecimento do empreendedorismo, em 2007, o número de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) registradas no município de São Gonçalo foi de 6.528, cerca de 25,12% do total de PMEs da região do CONLESTE. Em comparação com os demais municípios da região, São Gonçalo ocupava a segunda posição em termos do número de PMEs, ficando atrás do município de Niterói (município que registrou o maior número de PMEs na região).

Em termos de empregos criados pelas PMEs no município de São Gonçalo, verifica-se que, em 2007, o montante gerado foi de 48.354 postos de trabalho, o que significa 26,28% do total de empregos gerados por PMEs na região do CONLESTE. Em relação aos demais municípios da região, pode-se verificar que o município de São Gonçalo ocupava, em 2007, a segunda posição em termos de número de empregos gerados por PMEs, ficando atrás de Niterói (município que registra o maior número de empregos gerados por PMEs na região do CONLESTE).

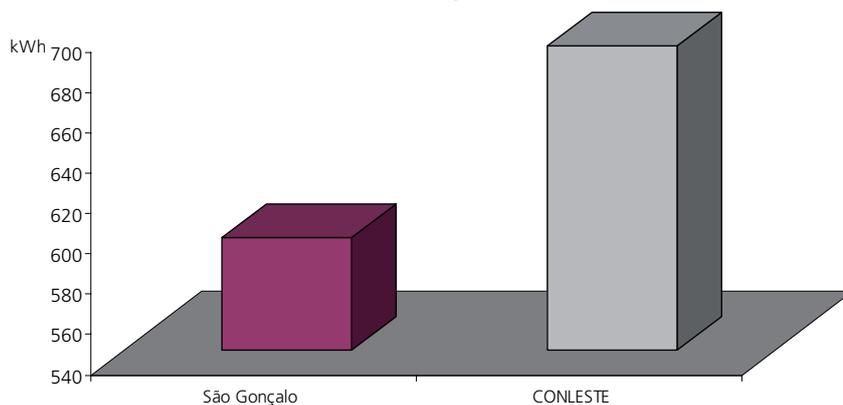
Volume de emprego gerado por Pequenas e Médias Empresas (PMEs)



Fonte: RAIS-MTE

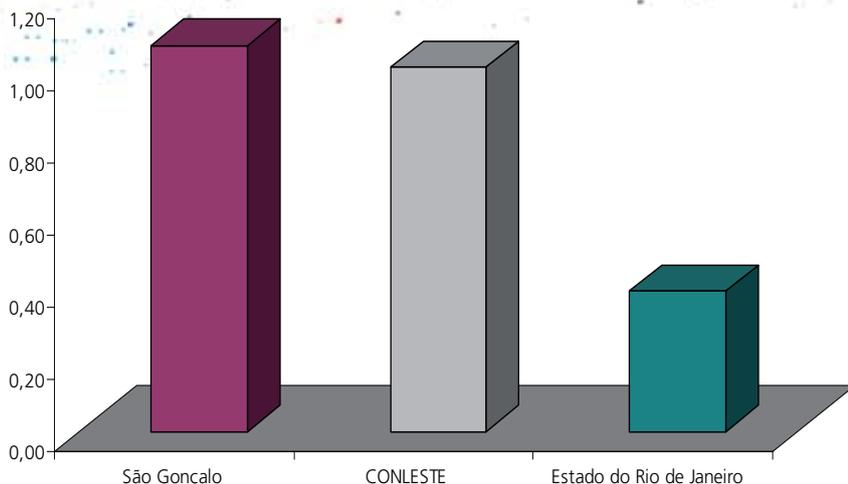
O consumo de eletricidade per capita registrado no município de São Gonçalo foi de 596 kWh em 2007. Com este nível de consumo, São Gonçalo ficou abaixo da média registrada na região do CONLESTE (691 kWh) e em quarta posição em termos de consumo de energia elétrica per capita, posicionando-se atrás de Niterói (município que registrou o maior consumo de energia elétrica per capita na região), Maricá e Casimiro de Abreu.

Consumo residencial per capita de energia elétrica (kWh)



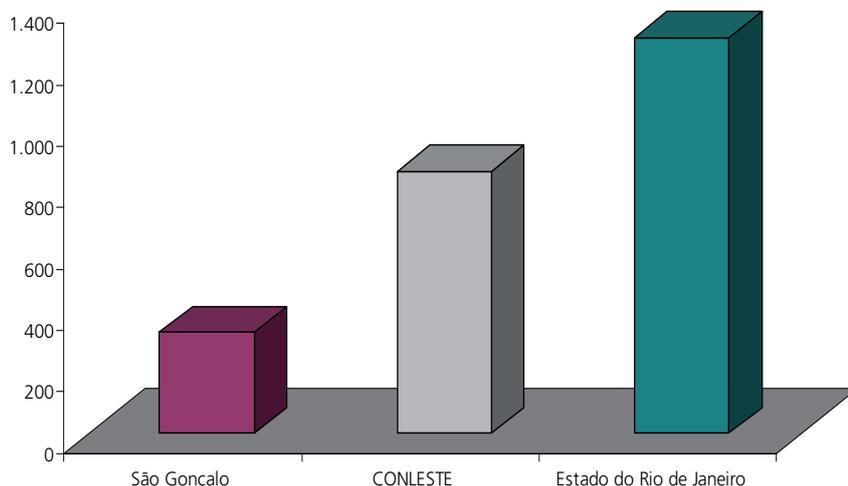
Fonte: Ampla/IBGE

Equilíbrio orçamentário



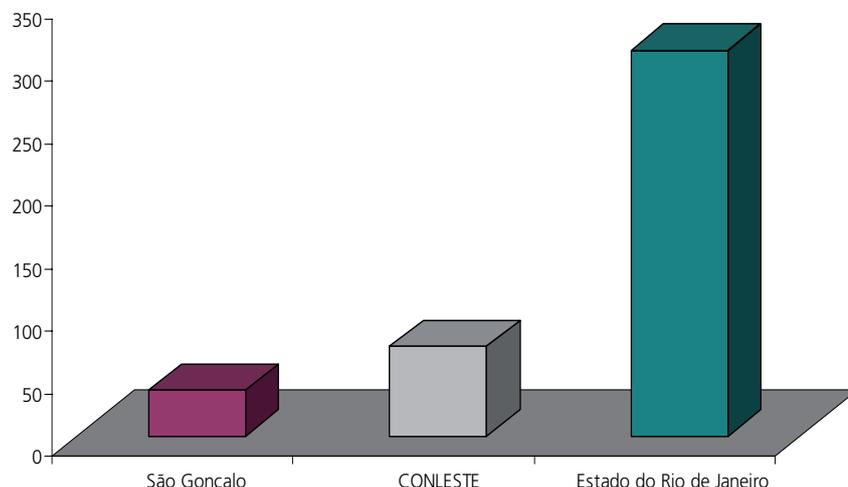
Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Receita orçamentária per capita corrente



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Investimento público per capita



Fonte: Elaborado pela equipe de Economia a partir de dados da FINBRA – STN e do TCE-RJ

Com relação à situação fiscal no município, São Gonçalo apresentava uma situação de superávit orçamentário de 7%, em 2007. Ou seja, as receitas maiores do que as despesas públicas, situação similar à do CONLESTE, onde se pode observar um superávit de 1%; mas, diferente da do Estado do Rio de Janeiro, no qual se identifica um déficit de quase 60% no mesmo ano. Já em termos de receita orçamentária per capita corrente, observa-se que, em 2007, o valor para o município de São Gonçalo (R\$ 329,26) foi expressivamente inferior à média do CONLESTE (R\$ 855,93) e inferior à média do total do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 1.290,22).

O município de São Gonçalo apresentava um investimento per capita em torno de R\$ 36,96, em 2007, ficando muito abaixo da média da região do CONLESTE (R\$ 72,02) e do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 308,82). Em relação aos demais municípios da região, São Gonçalo posicionou-se em décimo lugar⁵ em termos de investimento per capita, ficando atrás de Casimiro de Abreu (município que apresentou o maior investimento per capita da região), Tanguá, Guapimirim, Magé, Maricá, Silva Jardim, Niterói, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí.

⁵ Não foi possível realizar comparações com o município de Rio Bonito devido à falta de dados (ver Boletim Regional)

REALIZAÇÃO

ONU HABITAT
POR UN MEJOR FUTURO URBANO

PARCEIROS



APOIO

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense –
CONLESTE

Município de Cachoeiras de Macacu	Município de Niterói
Município de Casimiro de Abreu	Município de Rio Bonito
Município de Guapimirim	Município de São Gonçalo
Município de Itaboraí	Município de Silva Jardim
Município de Magé	Município de Tanguá
Município de Maricá	

